



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA

PROCESSO Nº 23292.008474/2025-23
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 16/2025/DIREXEC-ASRIP

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI
CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA –
IFSC E A SATC – ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA
INDÚSTRIA CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA
PARA A CONCESSÃO DE ESTÁGIOS CURRICULARES.**

Pelo presente instrumento, de um lado o **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA**, doravante denominado **IFSC**, autarquia federal, constituída nos termos da Lei nº 11.892, de 28/12/2008, inscrito no CNPJ sob o nº 11.402.887/0001-60, sediado à Rua 14 de julho, nº 150, Coqueiros – Florianópolis/SC, CEP 88075-010, neste ato representado por seu Reitor, o Sr. **MAURICIO GARIBA JUNIOR**, nomeado pelo Decreto 09 de agosto de 2021 do MEC, publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de agosto de 2021, portador da Carteira de Identidade nº [REDAZIDO] e CPF nº [REDAZIDO] e de outro a **SATC – ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA INDÚSTRIA CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA**, doravante denominado SATC, inscrita no CNPJ nº 83.649.830/0001-71, com sede no endereço Rua Pascoal Meller, número 73, na cidade de Criciúma (SC), CEP 88805-380, neste ato representada por neste ato representada por **MARCIO ZANUZ**, portador da carteira de identidade nº [REDAZIDO] e inscrito no CPF nº [REDAZIDO] resolvem celebrar este Acordo de Cooperação Técnica em conformidade com a Lei 11.788/2008 e a Instrução Normativa nº 213 de 17 de dezembro de 2019 do Ministério da Economia, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto regulamentar as condições de realização de estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios para estudantes do IFSC, nas dependências da SATC e para alunos da SATC nas dependências do IFSC, respeitadas as condições legais estipuladas na Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008.

§ 1º As Instituições de Ensino (IES) envolvidas neste Acordo de Cooperação Técnica, isto é, o **IFSC** e a **SATC**, podem atuar como instituição de ensino ou como unidade concedente de estágio, conforme estabelecido no Termo de Compromisso de Estágio (TCE) do/a aluno/a. As instituições envolvidas serão doravante denominadas de **IES-Escola** e **IES-Concedente**.

§ 2º - Para fins deste Acordo de Cooperação Técnica, entende-se o estágio curricular como ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 3º - O estágio curricular, respeitados os requisitos fixados em lei, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza.

§ 4º - A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário/a portador/a de deficiência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

I. Constituem obrigações da IES-Escola:

1. Encaminhar os/as alunos/as para o estágio, observados os critérios pré-estabelecidos pela IES-Concedente;
2. Avaliar as instalações da IES-Concedente e a sua adequação à formação cultural e profissional dos/as alunos/as;
3. Analisar e aprovar o Plano de Atividades do Estagiário/a (PAE), de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), a etapa e modalidade da formação escolar do/a estudante e ao horário e calendário escolar;
4. Celebrar, por meio da Coordenadoria de Estágio do Câmpus do/a estudante ou por meio de unidade organizacional equivalente na IES-Escola, o Termo de Compromisso de Estágio (TCE) com a parte IES-Concedente e o/a educando/a;
5. Indicar um professor/a-orientador/a, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do/a estagiário/a;
6. Exigir do/a estagiário/a, em prazo não superior a 6 (seis) meses, a apresentação do relatório de atividade conforme estabelecido no TCE e nas normas do curso;
7. Informar, por meio de declaração subscrita pelo/a professor/a da disciplina, mediante solicitação do/a aluno/a, as datas de avaliações escolares ou acadêmicas para fins de redução da carga horária de estágio nos períodos de avaliações;
8. Disponibilizar, no início de cada período letivo, através do Portal do IFSC, o calendário acadêmico;
9. Zelar pelo cumprimento do TCE, reorientando o/a estagiário/a para outro local em caso de descumprimento de suas cláusulas;
10. Efetuar, mensalmente, o pagamento do seguro contra acidentes pessoais para estudantes em estágio obrigatório, cuja apólice seja compatível com os valores de mercado.

II. Constituem obrigações da IES-Concedente:

1. Conceder estágio aos/às estudantes da IES-Escola, observadas a legislação vigente e as disposições deste Acordo de Cooperação Técnica;
2. Comunicar à IES-Escola o número de vagas de estágio disponíveis por curso/área de formação, para a devida divulgação e encaminhamento de estudantes ao estágio;

3. Realizar a seleção dos/as candidatos/as ao estágio encaminhados/as pelo IES-Escola;
4. Indicar um/a funcionário/a de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do/a estagiário/a, para orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelo/a estagiário/a, considerando a legislação vigente.
5. Celebrar o TCE com a IES-Escola e com o/a aluno/a, zelando pelo seu cumprimento;
6. Providenciar, por escrito, com a devida antecedência, qualquer alteração, prorrogação ou rescisão realizada no TCE;
7. Efetuar, mensalmente, o pagamento do seguro contra acidentes pessoais para estudantes em estágio não obrigatório, cuja apólice seja compatível com os valores de mercado;
8. Conceder bolsa de estágio aos estudantes, cujo valor será fixado no TCE, sendo compulsória a sua concessão, bem como auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório;
9. Assegurar ao/à estagiário/a, sempre que o estágio tenha a duração igual ou superior a 1 (um) ano, o período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado dentro do período aquisitivo do TCE, preferencialmente durante as férias escolares. Nos casos de estágio com duração inferior a 12 meses, o recesso deverá ser concedido de maneira proporcional;
10. Conceder ao/à estagiário/a, no caso de estágio remunerado, durante o recesso escolar a que se refere o item anterior, o valor correspondente à bolsa de maneira integral;
11. Assegurar que o/a estagiário/a encaminhe à IES-Escola o relatório de atividades conforme estabelecido no TCE e nas normas do curso, dando vistas de que as atividades descritas no referido relatório foram devidamente realizadas pelo estagiário, como prevê o item VII do Art. 9º da Lei 11.788;
12. Entregar ao/à estagiário/a, por ocasião do encerramento do estágio, Termo de Rescisão do Estágio, com o resumo das atividades desenvolvidas, o período e a avaliação de desempenho do/a estagiário/a;
13. Informar a IES-Escola sobre a frequência e o desempenho do/a estagiário/a, observadas as exigências de cada curso, quando for o caso;
14. Solicitar à IES-Escola a substituição do/a estagiário/a que, por motivo de natureza técnica, administrativa ou disciplinar, não for considerado apto/a a continuar suas atividades de estágio.

§ 1º - Aplica-se ao/à estagiário/a a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo a sua implementação de responsabilidade da IES-Concedente do estágio.

§ 2º - A IES-Concedente poderá conceder bolsa e auxílio-transporte a que se refere o item 8 ao/a aluno/a em estágio obrigatório, cujo valor será fixado no TCE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO TERMO DE COMPROMISSO E DO PROGRAMA DE ATIVIDADES

Firmar-se-á para cada estagiário/a o Termo de Compromisso de Estágio (TCE) e o Programa de Atividades de Estágio (PAE), sendo ambos elaborados em comum acordo entre a IES-Escola, a IES-Concedente e o/a estudante.

§ 1º O TCE deverá contemplar as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar/acadêmica do/a aluno/a e ao horário e calendário escolar/acadêmico.

§ 2º À medida que o desempenho do/a aluno/a for avaliado progressivamente, o PAE será incorporado ao TCE por meio de aditivos.

CLÁUSULA QUARTA – DA DURAÇÃO DO ESTÁGIO E DA JORNADA DE ATIVIDADE

A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder a 2 (dois) anos, contados a partir da data de início da vigência TCE. Os estágios terão a carga horária semanal de atividades e a duração explicitadas no TCE e no PAE, observado o disposto nos PPC dos Cursos/Áreas.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

IES-Escola e IES-Concedente poderão propor a rescisão do presente Acordo de Cooperação Técnica a qualquer momento.

§ 1º - A parte que tiver intenção de rescindir o presente Acordo deverá notificar a outra parte com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, mediante carta com aviso de recebimento ou protocolo.

§ 2º - Em caso de rescisão do presente Acordo será garantida a continuidade aos contratos de estágio já firmados.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Este Acordo de Cooperação Técnica poderá ser alterado mediante formalização de termo aditivo, o qual passará a fazer parte integrante deste instrumento jurídico.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O presente Acordo de Cooperação Técnica terá validade de **cinco anos** a partir da data de assinatura das partes interessadas, podendo ser rescindido por iniciativa de qualquer das partes, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por inadimplência de suas cláusulas e demais situações previstas em lei.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal de Florianópolis/SC, para dirimir questões oriundas do presente Acordo de Cooperação Técnica, que não possam ser resolvidas de forma consensual com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Assim, por estarem de pleno acordo, assinam as partes o presente Acordo na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Florianópolis, 27 de março de 2025.

SABRINA MORO
VILLELA
PACHECO: [REDACTED]

Assinado digitalmente por SABRINA MORO
VILLELA PACHECO:0001048890
DN: C=BR, O=CP-Brasil, OU=presencial,
OU=0049825200017, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=ARVDDG, OU=RFB
e-CPF A3, OU=SABRINA MORO VILLELA
PACHECO: [REDACTED]
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025-04-10 14:28:27
Foxit Reader Versão: 9.3.0

MARCIO
ZANUZ: [REDACTED]

Assinado digitalmente por MARCIO ZANUZ:62145720006
DN: C=BR, OU=CP-Brasil, OU=Hidreco/Conferencia, OU=15364636000190,
OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1,
OU=(sem branco), CN=MARCIO ZANUZ [REDACTED]
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025-04-04 16:27:47-0300
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0

MAURICIO GARIBA JUNIOR
REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA
CATARINA - IFSC

Marcio Zanuz
Diretor Administrativo-Financeiro da
SATC

Testemunhas:

IFSC



Documento assinado digitalmente
NEWTON FONSECA DE AMORIM
Data: 07/04/2025 16:39:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SATC



Documento assinado digitalmente
FABIANO DE MEDEIROS UGIONI
Data: 07/04/2025 16:03:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: